



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE LETRAS E ARTES
FACULDADE DE LETRAS

BEATRICE FRANCIS FERREIRA DIAS

LETRAMENTO RACIAL:

As ideologias raciais em um livro didático

Rio de Janeiro

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE LETRAS E ARTES
FACULDADE DE LETRAS

BEATRICE FRANCIS FERREIRA DIAS

LETRAMENTO RACIAL:

As ideologias raciais em um livro didático

Monografia submetida à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Letras na habilitação Português/Inglês.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Branca Falabella Fabrício

Rio de Janeiro

2022

Dedico esse trabalho única e exclusivamente à minha mãe, Mônica da Luz Ferreira, que me ensinou desde cedo a importância de um estudo de qualidade. Se cheguei até aqui hoje, ela é o motivo. Porque, além de ter acreditado em mim, foi incansável ao buscar me proporcionar a melhor educação possível. Logo, este trabalho é dedicado a ela. E espero que, onde estiver, ela possa se orgulhar de mim e ter a certeza de que valeu a pena todo esforço.

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui não foi fácil, pelo contrário! Além de muito difícil, foi muito demorado. Pensei muitas vezes em desistir. Só eu sei quantas vezes me auto sabotei e tive a convicção de que não era capaz o suficiente. É que a gente que é preto é desmotivado desde o nascimento, sabe? Mas, seguindo os conselhos do mestre Jorge Aragão, em seu hino chamado Identidade, não fui pelo “elevador de serviço” e escolhi o “elevador social”. Portanto, nada mais justo que iniciar meu trabalho agradecendo por ter chego até aqui.

Primeiramente, agradeço a Deus, meus Orixás e meus guias por sempre manterem acesa dentro de mim a chama da fé e da esperança. Que foram necessárias para, muitas vezes, me reerguer e me dar forças quando cheguei a acreditar que não era possível.

Quando olho pra trás e vejo minha trajetória na graduação até aqui, meu peito se enche de gratidão. E, por falar em gratidão, cito aqui um trecho do rap chamado Gratidão, de Lennon dos Santos Barbosa Frasseti, mais conhecido como o rapper L7nnon ou L7: “Eu sei que, toda glória vai ser dada a Deus, mas não posso esquecer daquele que me deu a mão, daqueles, porque foi mais de um, sem eles, lugar nenhum. E se tu não concorda é porque minha vivência é outra”. Portanto, segue meus agradecimentos às pessoas que de alguma forma me ajudaram a chegar até aqui.

Começo agradecendo especialmente minha mãe, Mônica da Luz Ferreira (in memorian), por ter dedicado sua vida a mim e por ter sido incansável em relação a minha educação. Se hoje estou me formando, com certeza, foi porque ela lutou e sonhou muito por isso. Ela se tornou Técnica em Enfermagem após meu nascimento pensando em me dar uma vida melhor, passou em um concurso público estadual e, não satisfeita, conseguiu um emprego extra para que este pudesse pagar apenas meu curso de Inglês. Por isso, e por tantas outras coisas, depois que ela se foi, criei em mim uma vontade enorme de orgulha-la, como forma de retribuição. Obviamente, meu maior sonho era que ela estivesse em vida assistindo essa nossa vitória. Mas entendo os desígnios de Deus. E tenho certeza que ela segue me iluminando, como bem diz seu sobrenome.

Agradeço ao meu "dad", Francisco Adolfo de Andrade Dias, por todo ensinamento, mimo e "passada de mão na cabeça" todas as vezes na qual a cobrança da minha mãe era, ao nosso ver, mais rígida que o necessário. Obrigada por todos os “sim” dados, mas,

principalmente, pelos “não”, pois foram essenciais no meu aprendizado. Obrigada também por me inspirar a ser justa, amigável, companheira e querida por todos. Nossa conexão é de outras vidas. Te amo!

Agradeço a minha família materna, que é meu grande exemplo, a famosa família Ferreira. Lá o patriarcado não teve vez. Uma base matriarcal, formada por seis mulheres (minha avó Therezinha e suas cinco filhas Rita de Cássia, Regina Célia, Rosa Cristina, Mônica da Luz e Maria da Conceição (que infelizmente nos deixou recentemente sem ter me dado a honra de ler meu trabalho concluído). Elas são a definição de mulheres pretas guerreiras. Pois, apesar de toda dificuldade, estudaram, trabalharam e ainda deixaram um legado exemplar para seus sucessores.

Continuando na família, agradeço aos meus padrinhos Rita de Cássia e Jorge Luis e minhas primas Rianne Maria e Rafaella Maria por todo amor, companheirismo e incentivo em relação ao meu estudo.

E, pra finalizar a seção família, agradeço as primas Caren Honiqui e Jéssica Vieira por terem tido toda sensibilidade e carinho comigo, quando perdi minha mãe. Elas não me deixaram desistir em momento algum. Também agradeço a minha prima Julyana Ferreira, meu bebê crescido que sempre foi minha admiradora e agora essa admiração tem sido de mim para ela. E a minha tia Vitória Régia, in memoriam, por todo cuidado, amor e paciência a mim dados desde a infância.

Agradeço também a minha “boadrasta” Ana Dias, que chegou em minha vida após o falecimento de minha mãe, e foi uma importante referência de mulher. Seu apoio e ajuda quanto aos meus estudos, meus trabalhos e as minhas escolhas foram, de fato, também fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Como diz Fabiano Baptista Ramos, o Mc Tikão, “família é aquele que ajuda o irmão. Dá a mão pra quem tá caído no chão. Dá conselho pro outro se levantar”. Então, além dos mencionados acima, agradeço demais também àqueles que tornaram esses períodos mais leves, me ajudaram a me distrair muitas vezes e também de longe ou de perto me apoiaram a seguir. A minhas amigas e meus amigos, que em muitos tenho como irmãs e irmãos, conquistados no Centro Educacional Nilopolitano e na FAETEC de Quintino, meu muito obrigado.

Ao meu grupo amado e engraçado, como diz o nome, Riso Frouxo, e a alguns amigos que fiz na graduação, eterna gratidão. Vocês tornaram tudo um pouco mais fácil dentro daquela ilha gigante que é a Ilha do Fundão.

Aos meus amigos do samba, gratidão também por me ajudarem a aliviar a pressão, me fazendo rir em nossos grupos de WhatsApp e por me ensinarem um pouco sobre a arte da dança.

Aos meus amigos que fiz por meio do Pulmão da Arquibancada, minha amada Raça Rubro Negra, gratidão eterna. Através do amor que tenho pelo Flamengo, pude conhecer outros apaixonados e tive a honra de conhecer histórias incríveis. Mais que isso, pude aprender com cada um. Deixo aqui também um agradecimento especial ao Feminino, que me abriu portas para conhecer essa torcida incrível que é a Raça, me ensinou que o “Fundamento é um só” e me incentiva a ser melhor como pessoa.

Não menos importante, agradeço também a um homem, dono de um sorriso lindo de menino, que, apesar de ter chego aos 45 segundos do segundo tempo, nesse meu jogo da graduação, conseguiu se fazer presente e importante. Se mostrando um grande incentivador, para que eu continuasse no processo de conclusão desse trabalho e não desistisse. Ele não me deixa desanimar e está sempre me fazendo ter orgulho de mim e de minha jornada, tanto pessoal quanto profissional. Logo, é justo dedicar também um espaço aqui para ele. Obrigada, Vinicius da Silva Batista.

Deixo aqui também minha eterna gratidão ao Samba (minha base), ao Funk (um amor) e ao Rap (minha válvula de escape, que tem em mim a função de esvair toda minha raiva, indignação e dor). Gêneros musicais pretos que são exemplos de resistência e ancestralidade e foram muito necessários para minha trajetória de vida.

Por fim, agradeço a minha orientadora e exemplo Branca Falabella, por ter aceitado desbravar esse tema comigo, e ao nosso grupo de orientação de pesquisa que muitas vezes foi mais um grupo de ajuda psicológica que de orientação. Passamos por muitos momentos de sensibilidade juntos e foi essencial ter a ajuda e apoio de todos. Gratidão eterna!

EPÍGRAFE

“Eu acho que o que você está tentando perguntar é o motivo de eu ser tão insistente sobre mostrar a eles esta pretitude, este poder preto, este empurrão preto, para que eles identifiquem-se com a cultura preta. Eu acho que é isso que você está perguntando. Eu não tenho escolha quanto a isso. Em primeiro lugar, para mim nós somos as mais belas criaturas em todo o mundo. As pessoas pretas, eu digo. E digo em todos os sentidos, por fora e por dentro. E, para mim, nós temos uma cultura que não é superada por nenhuma outra civilização, mas nós não sabemos nada sobre ela. Meu trabalho é de alguma forma fazê-los curiosos o suficiente ou persuadi-los, de qualquer forma, para que conscientizem-se sobre si mesmo e de onde vieram, o que eles são por dentro; o que já está lá, só precisa ser posto pra fora. Isto é o que me obriga a obrigá-los. E eu o farei, por todos os meios necessários...”

Nina Simone

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. RACISMO ESTRUTURAL: POR QUE TRABALHAR A QUESTÃO RACIAL NAS ESCOLAS?	13
3. LETRAMENTO RACIAL	18
4. A IMPORTÂNCIA DO LIVRO DIDÁTICO NA LUTA ANTIRRACISTA	22
5. DA ANÁLISE DO MATERIAL DIDÁTICO.....	26
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
7. REFERÊNCIAS	42

1. INTRODUÇÃO

“Lei Áurea liberta, mas não traz a igualdade”

Luiz Felipe Borges (Borges)

Começo este trabalho a partir de minha escrevivência, termo da literatura cunhado por Conceição Evaristo (Duarte, 2016), integrante importante da literatura contemporânea que escreve sobre suas experiências de opressão, marginalidade e memória ancestral. Conceição entende esse termo como a vida que se escreve a partir da vivência de cada um. Então, a seguir, escrevo sobre minha vivência infantil e juvenil atravessada pelas questões raciais, tanto no ambiente escolar como no familiar.

Passei grande parte da minha vida, por volta de 19 anos, acreditando na história que nos é ensinada desde a infância, contada nas salas de aula: não existe racismo no Brasil. Segundo aprendemos, por meio do mito da teoria da miscigenação, por sermos um povo misto, todos temos herança africana e indígena nas veias, portanto, nenhum brasileiro é 100% branco. E, por conta disso, não há racismo em nosso país.

Ao mesmo tempo que acreditava nessa história de povo misto, não me sentia parte da famosa e difundida máxima "somos todos iguais"; não me sentia representada. Principalmente, porque passei a vida estudando em um colégio de ensino privado (que, apesar de ter desconto na mensalidade, meus pais pagavam com muito sacrifício). O colégio Centro Educacional Nilopolitano, na época considerado um dos melhores do bairro do município de Nilópolis, era formado, em grande maioria, por pessoas que possuíam uma condição financeira muito acima da minha e a cor majoritária dos alunos era, obviamente, a branca. Era fácil contar nos dedos a quantidade de alunos negros no local.

Minha vida era praticamente limitada ao círculo escolar. Eu não tinha convívio frequente com meus vizinhos, os quais eram, em sua maioria, negros e com uma condição financeira mais próxima da minha. Portanto, apesar de ser negra e morar em um local cuja vizinhança era predominantemente negra, eu convivía mais com as pessoas da minha escola, brancas e com maior poder aquisitivo. Isto é, estava inserida em um grupo no qual não me enxergava, mas ao mesmo tempo acreditava na ideia de que pertencia verdadeiramente a ele,

de novo, majoritariamente branco. Não me via pertencente a este grupo por inúmeros motivos. Sentia e via que o tratamento era diferente quando íamos todos juntos ao shopping ou entrava em alguma loja. Os olhares atentos, ou de desdém, eram somente para o pequeno grupo de negros, no meio do enorme grupo de brancos. E eu, tolamente, acreditava que o motivo era apenas por sermos jovens estudantes, que são geralmente vistos como bagunceiros. Além disso, nunca estive na listinha de meninas mais bonitas da escola, feita pelos meninos. Eu não tinha, e nem podia ter, o cabelo da moda (na época, cabelo liso grande e franja jogada no rosto). O que fez as tranças de meus ancestrais se tornarem parte de mim desde muito nova, tinha aproximadamente 9 anos quando comecei a trançar o cabelo. Minhas tranças me faziam ser o destaque da escola, eu era tida como diferente, todas as meninas queriam tocar no meu cabelo, entender como as tranças eram feitas e ainda saber como fazia pra tomar banho e lavar a cabeça. A princípio, quando criança, eu gostava das tranças porque eram a única forma de ter um cabelo grande, para poder balançar, prender, dançar, como faziam minhas amigas. Para piorar, a educação que vinha de casa, principalmente por parte da minha mãe, era diferente daquela que minhas amigas recebiam. Me sentia muitas vezes cobrada em excesso para ser melhor que todo mundo nos estudos, evitar gritar, evitar ser muito expansiva, não andar suja ou rasgada, não andar em bando para que, se acontecesse algo, a culpa não caísse sobre mim. Também, em casa, desde muito nova, era obrigatório comer de garfo e faca (e ouvia: “isso é para que, quando você for comer fora de casa, você saiba se portar e ninguém ache que não tem educação”). E, se eu não tivesse aula, deveria ir direto para casa para não ficar de baderna na rua. Então, me sentia excessivamente cobrada, porque, enquanto eu recebia esses tipos de ensinamentos, minhas amigas faziam quase sempre o oposto e não recebiam essa cobrança toda dos pais. Logo, acabava sentindo frustração por sentir que só eu tinha a “mãe chata” do grupo. Contudo, o motivo das cobranças só descobri mais tarde. Mesmo sem nunca ter me falado sobre racismo, talvez por proteção, a preocupação dela sempre foi me preparar para enfrentar o mundo racista em que vivemos.

No Ensino Médio, já em um colégio público, comecei a ver outras realidades e cores mais próximas da minha, mas, ainda assim, não tinha clara visão do mundo racista em que vivemos. Em minhas lembranças, não me recordo de ter tido aulas ou momentos de conversas em que o racismo tivesse sido tema, ou melhor, esmiuçado. Foi somente ao entrar para a faculdade que tive a oportunidade de entender sobre o racismo. O choque dessa descoberta foi tão grande para mim que lembro até hoje especificamente da aula, dos professores e da matéria, chamada Inglês III, que, como se com um tapa na cara, passei a entender o que sempre senti e vi, mas não conhecia. Compreendi o que era o racismo de fato. Pior,

compreendi o racismo velado. Aquele que nos faz sentir desconfortáveis em diversas situações, mas que não sabemos explicar ou sequer sabemos nomear. O incômodo advém da máxima da não existência. Então, o que é isso que não existe, mas me traz angústia? Hoje, entendendo que a linguagem é ação, de acordo com Butler (2004), isto é, a linguagem nos constitui e nos molda, posso avaliar melhor o que acontecia comigo. O racismo que sempre existiu no mundo não fazia parte de mim, não me constituía, visto que o que não é nomeado não existe para a gente. Logo, esse racismo só passou a fazer parte de mim e passou a fazer parte do meu foco de atenção a partir daquela aula que tive na faculdade.

Você pode se perguntar ou até mesmo me perguntar: mas você passou 21 anos sem saber o que era racismo? Respondo: É claro que sabemos o que significa racismo, porque, em algum momento, já ouvimos algo sobre ele. Mas o que sabemos é somente a ponta do iceberg. Reduzimos o racismo a somente chamar o outro de “macaco”. Contudo, ainda vivemos em uma sociedade omissa em situações que ferem o psicológico e, infelizmente, o físico de pretos e pretas.

Ciente do racismo, procurei entender, pesquisar e estudar mais sobre essa prática. Enfim, recuperar o tempo perdido. E, a partir de muitas leituras, descobri, então, novas nomenclaturas e conceitos como eurocentrismo, afroletramento, letramento de (re)existência, letramento antirracista, e letramento racial. Leituras essas que me fizeram reconstruir minhas experiências infantis e juvenis a partir de outras bases. Hoje, entendo que tive uma infância e juventude repleta de microagressões. E, ainda, tive um ensino eurocêntrico, isto é, o mundo foi me apresentado a partir da visão europeia, colocando a Europa no centro, onde a história da constituição da nossa sociedade é contada de acordo com o que uma elite econômica e intelectual acreditava ser verdade. Vide a falácia de que um país como o Brasil, já habitado por indígenas, ter sido descoberto por Portugal, ao invés de invadido. Essa visão eurocêntrica, portanto, me apresentou somente a voz do opressor (aquela que dizia que os explorados, meus ancestrais, foram submissos, não possuíam inteligência/conhecimento e eram pacatos, como forma de justificar o injustificável, a escravidão). Essa reconstrução do meu passado me fez ter mais convicção de qual seria meu objetivo na vida e meu caminho no ensino.

Por isso, ao repensar minha infância e entender o quão diferente e forte eu poderia ter sido desde nova, caso tivesse uma reflexão sobre as questões raciais no Brasil dentro da sala de aula, resolvi, por meio do que amo, que é o ensino, fazer a diferença na vida de meus futuros alunos e alunas. Hoje, utilizo meu passado e a história de meus ancestrais, ao invés de esquecer, para refletir sobre como muitos discursos racistas estão em circulação. Também recorro à minha história como modo de resistir e (re)existir.

Tal posicionamento influencia minha performance como futura professora de língua portuguesa e como pesquisadora. Também orienta as minhas escolhas neste trabalho. Por meio de uma abordagem qualitativa-interpretativista, analiso alguns capítulos e temas de um livro didático utilizado no ambiente escolar de rede privada. Exploro como a questão racial é construída em um livro de português, utilizado no Ensino Médio, produzido pela Editora Eleva. Editora essa pertencente ao grupo Eleva Educação, que é responsável por uma grande e privilegiada rede de escolas privadas, e que produz e vende seus materiais didáticos exclusivamente para as escolas do grupo Eleva. E tenho por objetivo refletir sobre como o material didático em foco contribui para um projeto de letramento racial. A seguinte pergunta norteia a minha reflexão: Que ideologias de raça orientam a produção do material didático em questão?

Para responder tal questão, discuto, a seguir, o racismo estrutural em nossa sociedade, fazendo um breve histórico do surgimento da dicotomia escola pública vs. escola privada. Depois, argumento em favor da necessidade de uma educação calcada no letramento racial. Na seção seguinte, explico a importância do material didático na luta antirracista para, então, apresentar a perspectiva metodológica-analítica do estudo e desenvolver a análise do material didático escolhido por mim. Concluo, portanto, com minhas considerações sobre a pesquisa.

2. RACISMO ESTRUTURAL: POR QUE TRABALHAR A QUESTÃO RACIAL NAS ESCOLAS?

“Tive que ouvir que eu tava errado por falar pro cês / Que seu povo me lembra Hitler / Carregam tradições escravocratas / E não aguentam ver um preto líder”

Gustavo Pereira Marques (Djonga)

Trabalhar a questão racial nas escolas é de extrema urgência. Dados recentes podem confirmar a existência cruel do racismo. E, como coloca o rapper Cesar MC, o racismo é um câncer estrutural, é um fato que não tem ligação com opinião ou com liberdade de expressão. Logo, ou a gente coopera com essa estrutura ou ajuda na demolição. Nesta seção, apresento dados que confirmam a diferença racial existente no Brasil e faço um breve traçado histórico do surgimento das escolas e como se deu a diferenciação entre escolas públicas e privadas, justificando a necessidade de trabalharmos a questão racial nas escolas.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹, aproximadamente 54% da população brasileira é negra. Além disso, de acordo com o instituto, hoje pertencemos a um século no qual as tensões raciais, que sempre existiram, estão aflorando cada vez mais e, se não estão aflorando, estão ao menos sendo mais expostas. Acontecimentos de nossa história recente indicam esse estado de coisas.

Nos anos de 2020 e 2021, foi possível ver, por meio das mídias sociais e de alguns meios de comunicação, inúmeros casos de racismo, como o caso do entregador de aplicativos Mateus que sofreu atos duros de racismo por um morador de um condomínio de luxo em São Paulo. Ou o caso da blogueira Liziane Gutierrez que, após ser flagrada em festa clandestina (porque estava furando a quarentena por causa da Covid), nos Jardins, em São Paulo, gritou para que os policiais fossem para a favela. E ainda o caso de uma cliente de uma lanchonete em Goiânia que informou que não iria receber o entregador, o chamando de macaco, e que gostaria de receber um entregador branco². E, já em janeiro de 2022, logo na primeira semana de um dos programas mais esperados do Brasil, o famoso Big Brother Brasil (BBB) foi palco de uma fala polêmica de uma participante negra, chamada Natália Deodato, que disse que os

¹ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403#n1/all/v/608/p/last%201/c86/2777,2779/d/v608%201/l/v,p+c86,t/resultado>>. Acesso em: 09 agosto 2021.

² A fonte de cada uma das três matérias se encontra nas referências bibliográficas.

negros foram escravizados por serem fortes e bons no que faziam. Fala que, apesar de não ser violenta como nos exemplos anteriores, ainda é exemplo da existência do racismo, que tenta mascarar seu horror a raça negra através de justificativas como essa. Além disso, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em seu Atlas da Violência (2019), apesar do número de homicídios ter diminuído na última década, quando faz-se um recorte racial, é possível ver que o número de homicídios de pessoas negras aumentou e que essa queda de homicídios aconteceu em relação a pessoas não negras. Em 2019, enquanto o número de vítimas negras de homicídios era de 77%, o número de vítimas de não negros não passou de 11,2%. Ou seja, a taxa de homicídio contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras. Dados tristes que conversam facilmente com um trecho do samba da GRES Beija-Flor do ano de 2022: “Foi-se o açoite e a chibata sucumbiu, mas você não reconhece o que o negro construiu. Foi-se ao açoite e a chibata sucumbiu, e o meu povo ainda chora pelas balas de fuzil”.

Em face desses dados, é necessário entender o significado de racismo estrutural no Brasil. O racismo estrutural é mais que um fato histórico. Como bem diz o nome, ele pertence às estruturas. O problema de fazer parte das estruturas é que acabou sendo normalizado e é repassado por gerações. Silvio Luiz de Almeida (2018:38), em seu livro “O que é Racismo Estrutural” bem define o racismo estrutural como

uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção.

Tal processo fica mais claro quando analisamos a construção da dicotomia ensino público vs. ensino privado no país, ligadas à dualidade melhor / pior. Um breve histórico sobre o surgimento das escolas em território brasileiro leva-nos a perceber que, ao longo dos tempos, as pessoas detentoras de alguns prestígios, como o dinheiro e a branquitude, sempre obtiveram vantagens (melhor ensino, melhores estruturas, matérias diferenciadas) na educação em relação às pessoas que não possuíam tais privilégios.

A concentração de maior investimento e preocupação na educação privada existe desde a criação das primeiras escolas, chamadas missões, em 1549. Com a chegada dos jesuítas à Bahia (aliados ao governo português, a fim de converter os povos indígenas brasileiros à religião católica), os índios brasileiros passaram a ser ensinados em escolas improvisadas e criadas pelos próprios, em estruturas, em sua maioria, precárias. Já os filhos

dos portugueses frequentavam colégios mais bem estruturados, isto é, aqueles onde os investimentos eram infinitamente maiores. Ademais, o ensino não se restringia somente ao ensino religioso, como no caso da catequese de indígenas. Para o alunado, constituído por descendentes portugueses, havia outras disciplinas, privilégio concedido após pedido da própria elite colonial europeia (Azevedo, 2018).

Com a vinda da família real ao Brasil, em 1808, que fugia da Europa por conta da invasão de Napoleão a Portugal, a área da educação recebeu mais investimentos e assim foram criadas as primeiras escolas de nível superior, que tinham como objetivo formar somente os filhos da nobreza portuguesa e da aristocracia brasileira. Mais uma vez mostrando que a educação era questão de privilégios.

Rodrigo Azevedo (2018) também destaca que apesar de, em outros momentos na história brasileira, surgirem rumores de educação/escola para todos, foi somente em 1827 que foi sancionada a primeira lei brasileira voltada exclusivamente para a educação. Ela dizia resumidamente que todos os lugares com número populacional considerável teriam escolas e ainda mencionava quais matérias essas escolas teriam.

Mas foi somente depois da Era Vargas que a educação apareceu na Constituição como “um direito de todos”. No fim da década de 1940, o número de estudantes nas escolas de ensino médio, como atualmente conhecemos, recebeu um aumento e seu caráter elitista foi diminuindo. Porém, ainda assim o acesso à escola não era verdadeiramente para todos e todas.

O que se entende com esse breve histórico é que, apesar do Brasil passar por quase 500 anos de constantes mudanças em relação a sua educação e ter saído de uma educação para poucos para uma educação para todos (pensando que atualmente esse direito é constitucional e uma obrigação federal), ainda há uma gritante distância entre as escolas públicas e privadas – uma diferença calcada, há quase 500 anos, em privilégios. O direito foi garantido no papel, porém, na prática, ainda falta muito para que todos recebam uma educação justa já que sabe-se que a qualidade na educação é maior para aqueles que podem investir mais para tal. Então, vale se perguntar se nesses quase 500 anos ninguém foi realmente capaz de conseguir sanar um problema existente desde 1549 ou se na verdade não é interessante que as pessoas com menos poder aquisitivo, geralmente pretas, estejam em pé de igualdade com aquelas de maior poder econômico e social.

Nesse contexto é importante ressaltar que o termo “todos” não sempre abarcou a ideia de “todo mundo”, como pensa-se atualmente. Por muito tempo, as mulheres e os negros não estavam inclusos nessa terminologia, não sendo tidos como cidadãos.

Com a Constituição do Império em 1824, que determinava que a educação passava a ser um direito de todos os cidadãos, já até se via mulheres nas escolas, mas como bem ressalta Djamilia Ribeiro (2019:6)

a escola estava vetada para pessoas negras escravizadas. A cidadania se estendia a portugueses e aos nascidos em solo brasileiro, inclusive a negros libertos. Mas esses direitos estavam condicionados a posses e rendimentos, justamente para dificultar aos libertos o acesso à educação.

Então, é possível perceber que a educação para a população negra foi tardia e até hoje o Brasil apresenta o reflexo dessa desigualdade histórica. Pois, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua Educação 2019, realizada pelo IBGE, o nível de analfabetismo de negros (inclui-se aqui pardos) do Brasil é quase três vezes maior do que de brancos. Essa pesquisa de 2019 revelou que 8,9% de pessoas pretas com 15 anos ou mais eram analfabetas em relação à 3,6% de brancos. E se tratando da população de 60 anos ou mais, o nível de analfabetismo de brancos era de 9,5% contra 27,1% de negros. Ademais, essa discrepância ainda é menor por se tratar de analfabetismo simples, no qual se considera alguém analfabeto quando essa pessoa não consegue ler ou escrever um texto simples, como um bilhete. Se fôssemos levar em consideração analfabetos funcionais o número seria ainda maior.

Dessa forma, quando reconstruímos, mesmo que brevemente, a história do Brasil, nos confrontamos com a falácia da democracia, da igualdade constitucional, e da meritocracia. Tais falácias sublinham o racismo estrutural, como atesta Silvio de Almeida (2019:38):

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural.

Isto é, o racismo advém da estrutura da sociedade que naturaliza e tem como verdade regras e padrões que se baseiam em princípios discriminatórios de raça, como também afirma Gaudio (2019:5). Gaudio (2019) assegura também que, segundo Almeida, sendo o racismo “parte de um processo social, histórico e político que elabora mecanismos para que pessoas ou grupos sejam discriminados de maneira sistemática” (Gaudio, 2019:3), temos o racismo como regra e não como exceção.

Seguindo esse mesmo modo de argumentação, Nascimento (2018:14) acrescenta:

O preconceito racial aqui é entrelaçado com o social e o linguístico (naquilo que quero chamar aqui de racismo linguístico, e que se desenha através do linguicídio, ou seja, do extermínio do outro não branco) fica mais aparente se nos detivermos nas políticas linguísticas. O fato da maioria dos brasileiros (ou seja, as pessoas negras) estar condicionada às formas mais precárias de educação linguística tem razão de ser diretamente implicada por políticas linguísticas impostas para populações afro-brasileiras e indígenas.

Portanto, pessoas que negam a existência desse racismo estrutural utilizam-se de conceitos como o de igualdade perante a lei e o da meritocracia (no qual as conquistas das pessoas são resultado de seus esforços pessoais) para justificar o porquê da maioria das pessoas que ocupam lugares de poder na sociedade serem brancas. Como se, por sermos considerados iguais perante a lei, não houvesse diferenças de tratamento em relação a pretos e brancos e, portanto, possuíssemos as mesmas condições de chegar a qualquer lugar, bastando apenas nossos esforços pessoais.

Como pode-se ver pela reconstrução do contexto histórico acima, os negros estão historicamente em desvantagem em relação aos brancos. E essa discrepância se intensifica quando pensamos em ensino público e privado. Quem são os ocupantes das vagas das escolas privadas, logo tendo melhor educação, como constatado historicamente?

Tal situação obriga a nós negros nos esforçarmos no mínimo 10 vezes mais para nos colocarmos em uma mínima posição de igualdade com pessoas brancas. E muitas vezes esses esforços podem não ser suficientes, sobretudo nestes tempos em que as questões dos direitos humanos são vistas como banais, a partir da chegada de um governo ultraconservador ao poder, o governo Bolsonaro. Há, assim, uma necessidade premente de trabalhar a questão racial nas salas de aula.

3. LETRAMENTO RACIAL

“Brasil, meu denço a Mangueira chegou com versos que o livro apagou / Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento / Tem sangue retinto pisado atrás do herói emoldurado / Mulheres, tamoios, mulatos. Eu quero um país que não está no retrato”

Estação Primeira de Mangueira (2019)

Nesta seção, apresento a diferença entre alfabetização e letramento. A partir da noção de letramento, defino letramento racial, segundo Twine (2011), e apresento também alguns autores mais recentes que, por meio de seus estudos, agregam muito ao conceito de letramento racial.

Atualmente, os currículos escolares que vão ao encontro da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) “visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN)” (BNCC, 2017:7). Ademais, também é possível encontrar na BNCC do Ensino Médio, na parte de Linguagens e suas tecnologias, a seguinte competência que o profissional deve desenvolver nos alunos e alunas:

Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitar as diversidades, a pluralidade de ideias e posições e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza (BNCC, 2017:57).

Percebe-se que a BNCC não mais utiliza o termo alfabetização. Agora o termo utilizado por ela é letramento. Muitos ainda não sabem que há uma diferença conceitual entre essas duas terminologias. De acordo com Magda Soares, “as pessoas se alfabetizam, aprendem a ler e a escrever, mas não necessariamente incorporam a prática de leitura e da escrita, não necessariamente adquirem competência para usar a leitura e a escrita” (2008:45 - 46). Por conseguinte, enquanto a alfabetização dá conta apenas de ensinar os alunos e as alunas a ler e a escrever, o letramento abarca algo maior, pois dá conta de fazer com que esses alunos e alunas saibam usar efetivamente essa leitura e essa escrita em sua vida, para além dos portões da escola. Em outras palavras, o letramento leva em consideração a prática social.

Conversando diretamente com Magda Soares, Brian Street trabalha com dois conceitos de letramento: autônomo e ideológico. Sendo o autônomo aquele em que as alunas e os alunos se utilizam da leitura e escrita, basicamente, somente para funcionar na sociedade. Por exemplo, empregam a leitura e a escrita no trabalho, no ambiente familiar, em casa etc. (MELLO E MOKVA, 2015:10). Segundo essa perspectiva, textos representam a realidade a nossa volta e produzi-los ou interpretá-los significa acessar tal realidade. Sendo assim, o letramento autônomo tem a escrita e a leitura como ferramentas neutras de espelhamento do mundo. Quanto ao letramento ideológico, Mello e Mokva (2015) revelam que Street entende a utilização da escrita e da leitura de forma crítica, como práticas que agem no mundo social. Dessa forma, a leitura e a escrita são carregadas de significados, poder e ideologia. Isto é, não há neutralidade. Nenhuma prática de letramento é neutra ou autônoma. Por conseguinte, é de suma importância mencionar aqui que, quando menciona-se que o letramento capacita estudantes a aplicarem o que aprenderam na sociedade, não estamos objetivando que eles utilizem a escrita e a leitura como ferramentas, tal qual indica a noção de letramento autônomo. Quando pensamos em prática social, queremos que nossos alunos e alunas sejam capazes de pensar e agir criticamente, isto é, observando os discursos em jogo nos textos, as crenças a eles subjacentes, e seus efeitos de sentido. Isto é, letramento ideológico.

Pensando, então, em letramento racial, de acordo com Twine (2011), e se baseando no letramento ideológico de Street, esse conceito é entendido como uma maneira de responder individualmente às tensões raciais, buscando reeducar o indivíduo em uma perspectiva antirracista. Silva (2019) explica que Twine entende o letramento racial como um conjunto de práticas baseado em cinco fundamentos. São eles: 1) o reconhecimento da branquitude, o que significa que o sujeito como branco entende que possui privilégios, por causa de sua cor; 2) a conscientização de que o racismo é um problema atual e não algo que ficou no passado, na história, para que assim o indivíduo não legitime e reproduza o racismo; 3) o entendimento que as identidades raciais são aprendidas; 4) a apropriação de uma gramática e vocabulário racial; e, 5) a interpretação de códigos e de práticas racializadas. Logo, entende-se letramento racial como uma forma de ensinar o alunado a reconhecer os privilégios e as tensões raciais existentes na sociedade e ainda capacitá-lo para que saiba responder a elas de forma a não mais reforçar a discriminação e o preconceito. Ademais, o letramento racial ainda consegue dar conta das falhas da lei 10.639/03. Pois, enquanto a lei somente torna obrigatório a presença, nos currículos escolares, da história e cultura afro-brasileira e indígena, o letramento racial se propõe a reeducar os alunos e alunas para que eles saibam agir diante de situações raciais na sociedade e, principalmente, evitem a discriminação e o preconceito.

bell hooks (2017), em seu livro chamado “Ensinando a transgredir”, traz a importância de levarmos para as salas de aula uma educação pautada na diversidade cultural, a fim de transformar construtivamente a academia como um todo. hooks, de forma fluída e pautada em suas experiências, afirma o quão necessário e rico é poder trabalhar respeitando a diversidade e particularidade de cada aluno presente em sala de aula. Seu livro pode ser visto também como um diário, pois é uma junção de relatos, que foram escritos em diversos momentos em que a autora descarregava seus pensamentos, frustrações, métodos, táticas, vitórias, derrotas e afins. Além de toda uma escrita fluída e rica de ensinamentos, bell hooks, admiradora de Paulo Freire, também menciona e pratica em suas aulas a importância da educação como prática de liberdade, ao invés da “educação que só trabalha para reforçar a dominação” (hooks. 2017:12). bell, assim como Freire, acredita que se o ambiente escolar for criado a partir de uma experiência de inclusão, por múltiplas vozes, livre de opressões, poderemos ter então alunas e alunos livres de fato. Além de capazes de reconhecer opressões, sabendo lidar com elas e, principalmente, não reforçando e reproduzindo-as.

Paulo Freire e hooks servem não só de inspiração como mostram que há a possibilidade de educarmos por meio de um ensino libertador ao invés de opressor. E nos fazem questionar a crença de que existe um ensino correto, livre de erros, e único. hooks, tornou seu ambiente de sala de aula em um ambiente de múltiplas vozes e evitou o que a escritora Chimamanda Adichie chama de “o perigo da história única”. Logo, hooks, a partir de uma sala de aula colaborativa e com múltiplas vozes, impedia um discurso dominante, o discurso eurocêntrico, que é quase sempre racista, misógino e/ou classicista.

Após muitas leituras e novos conhecimentos, foi possível aprender sobre o letramento e sua importância. Visto que letrar é fazer com o que os alunos e as alunas apliquem, de forma crítica e consciente, o que aprenderam na sociedade em que vivem. Conhecer sobre o letramento racial e aprender que o alunado, por meio dele, pode saber reconhecer em seu cotidiano situações discriminatórias e preconceituosas e podem vir a agir de forma a abolir essas situações também me impulsionaram a buscar ainda mais lutar contra o racismo. Me incentivam ainda a investir em uma educação crítica e inclusiva, ao invés da educação que tive.

Dito isso, afirmando que o racismo pertence às estruturas da sociedade, para implementar o letramento racial na prática pedagógica, como prática de liberdade, é preciso mover-se para além de seguir um parâmetro nacional curricular somente por obrigação. É necessário que ocorram mudanças nas relações sociais, políticas e econômicas. Por isso, uma

das formas de realizar essas mudanças nas relações pode ser por meio da reflexão de textos³ que circulam em sala de aula. Nesse sentido, atentar para os discursos presentes no material didático trazidos para a sala de aula, como os dos livros didáticos, é de extrema importância.

³ Aqui entende-se que imagens também são textos, conhecidas como textos não-verbais.

4. A IMPORTÂNCIA DO LIVRO DIDÁTICO NA LUTA ANTIRRACISTA

“Favela venceu como me diz? Se ainda tem um menor feliz de Ak / Se inocentes vão chorar / Se vidas não vão importar”

Yuri Cardoso (Ty Caçula)

Nesta seção, apresento o que entendo como Educação Antirracista, a partir de alguns autores. Bem como apresento algumas características dos livros didáticos e explico o motivo pelo qual entendo porque são importantes na luta antirracista.

De acordo com Ferreira (2012), o discurso da teoria antirracista teve início na Grã-Bretanha. Tomo para mim, então, a definição – apresentada por Ferreira (2012) – de Educação Antirracista, formulada por volta de 1990 por Troyna e Carrington. Os autores definem Educação Antirracista como

uma vasta variedade de estratégias organizacionais, curriculares e pedagógicas com o objetivo de promover a igualdade racial e para eliminar formas de discriminação e opressão, tanto individual como institucional. Essas reformas envolvem um avaliação tanto do currículo oculto como do currículo formal. (FERREIRA, 2012:276)

Indo além e esmiuçando melhor esse conjunto de estratégias a fim de promover a igualdade racial e eliminar formas de discriminação e opressão, Ferreira (2012) apresenta, já em contexto brasileiro e recentemente (2001), a autora Elaine Cavalleiro e suas oito características de uma Educação Antirracista. Elas consistem em: 1) reconhecer a existência do problema racial na sociedade brasileira; 2) buscar uma reflexão sobre o racismo e seus derivados no cotidiano escolar; 3) repudiar qualquer atitude preconceituosa e discriminatória na sociedade e no espaço escolar, cuidando para que as relações interpessoais entre adultos e crianças, negros e brancos sejam respeitadas; 4) não desprezar a diversidade presente no ambiente escolar; 5) ensinar às crianças e aos adolescentes uma história crítica sobre os diferentes grupos que constituem a história brasileira; 6) buscar materiais que contribuam para a eliminação do ‘eurocentrismo’ dos currículos escolares e contemplem a diversidade racial, bem como o estudo de ‘assuntos negros’; 7) pensar em meios e formas de educar para o reconhecimento positivo da diversidade racial; e, 8) elaborar ações que possibilitem o

fortalecimento do autoconceito de alunos e de alunas pertencentes a grupos discriminados (FERREIRA, 2012:279).

Em 2019, também em contexto brasileiro, Djamila Ribeiro nos apresentou outros passos para ajudar na luta antirracista. Ribeiro (2019) gosta sempre de reforçar que devemos ser antirracistas, ao invés de apenas não sermos racistas. Logo, devemos não só não reproduzir o racismo como lutar para que não haja sua manutenção. Ela apresenta, portanto, em seu livro, 11 passos para que sejamos antirracista, que são intitulados como: 1) Informe-se sobre o racismo; 2) enxergue a negritude; 3) reconheça os privilégios da branquitude; 4) perceba o racismo internalizado em você; 5) apoie políticas educacionais afirmativas; 6) transforme seu ambiente de trabalho; 7) leia autores negros; 8) questione a cultura que você consome; 9) conheça seus desejos e afetos; 10) combata a violência racial; 11) sejamos todos antirracistas.

Quando tratamos de livros didáticos, segundo Rogério Tílio (2016), eles estão “presentes na maior parte das situações de ensino e aprendizagem, especialmente no Brasil, dado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que distribui gratuitamente livro didático para as escolas públicas” e podem “ser a principal fonte de informação no contexto pedagógico, servindo de andaime para a aprendizagem, da parte dos alunos, e para o ensino, por parte dos professores”. Tílio (2016:216) também destaca que esses livros muitas vezes não só servem como andaime como também acabam sendo detentores do que deve-se ensinar na sala de aula. O que pode ser visto no excerto abaixo:

o livro didático é a fonte mais utilizada no ensino, uma fonte de "saber institucionalizado", muitas vezes visto como o ‘senhor’ do ato pedagógico, o depositário de um saber estável a ser decifrado, descoberto e transmitido ao aluno. Para muitos, ele ocupa até o lugar de manual, ou seja, deve ser seguido, o que acaba levando a uma ditadura do livro didático. (TÍLIO, 2016:216)

Os livros por si só já possuem uma autoridade conferida a eles. Tanto que algumas áreas de conhecimento só passam a ser reconhecidas como ciência quando possuem livros didáticos. (TÍLIO, 2016). Além disso, o pesquisador (2016) também menciona que os autores tendem a apresentar seus conteúdos de forma autoritária. Agregada à forma autoritária, os livros tendem a ser vistos como neutros, isto é, livres de ideologias, crenças. O que faz com que os leitores acreditem que esses conteúdos são fatos indiscutíveis, verdades universais, livres de erros.

Concomitante a essas características associadas aos livros didáticos e pelo fato de os livros didáticos ainda serem a fonte mais utilizada no ensino, muitas vezes eles tomam o papel

do currículo pedagógico para si e deixam de servir para o que foram criados: um banco de materiais, para servirem de manuais, guias. Então, deixam de auxiliar os alunos e alunas na reflexão e construção de conhecimento.

Logo, entendendo o papel de autoridade, credibilidade e confiabilidade que o material didático, principalmente os livros, possui, nada mais assertivo do que trabalhar para que seus conteúdos sejam baseados em uma pauta antirracista. Porque, se utilizarmos materiais compromissados a promover a igualdade racial e dissipar a discriminação racial, é mais provável que os estudantes, professoras e professores (até mesmo aqueles docentes que utilizam os livros didáticos como manuais ou currículos escolares) deem mais credibilidade para a luta. Inclusive, por os materiais didáticos serem vistos como neutros, mesmo sem perceber que estão tendo conteúdos críticos e antirracistas, é possível que esses estudantes, professoras e professores acabem deixando de manter, reproduzir e reforçar o racismo e ainda ajudem na luta antirracista.

Assim sendo, minha escolha específica por trabalhar o antirracismo nos livros didáticos não foi por acaso. Penso ser urgente resistir, indo além de depender que professores e professoras saiam de sua zona de conforto busquem lecionar com base no letramento racial, ou na educação antirracista. Ou que a escola esteja atualizada e preocupada com a causa racial. Nessa empreitada, foi essencial avaliar um material didático tão utilizado e respeitado na atualidade, que é o 6º volume do livro didático do Ensino Médio da Editora Eleva, utilizado pelas escolas do Sistema Elite de Ensino. A rede pertence ao contexto de ensino privado e é conhecida no Rio de Janeiro e em outros estados por apresentar educação de excelência.

Adotando como perspectiva metodológica-analítica a observação dos Discursos e ideologias que subjazem aos textos escritos e visuais presentes no material em tela, trago o conceito de Discurso de Gee (2005). James Paul Gee entende Discurso, grafado com ‘D’ maiúsculo, como

uma forma de combinar linguagem, ações, interações, maneiras de pensar, acreditar, valorizar, além de usar variados símbolos, ferramentas e objetos a fim de representar um tipo de identidade socialmente reconhecível (...) Você é quem você é em parte por meio do que está fazendo e o que você está fazendo é em parte reconhecido pelo que é por meio de quem está fazendo. Logo, melhor dizendo, esses enunciados comunicam um integrado, muitas vezes múltiplos, quem-faz-o-que⁴ (GEE, 2005/1999:20-23)

Associo esse conceito à noção de ideologia de Lemke (1995), entendida como conjunto de crenças e valores orientadoras da ação humana. Segundo o autor, aprendemos

⁴ Tradução minha.

uma série de sentidos que sustentam o poder de um grupo sobre outros. Entretanto, tais sentidos se tornam naturalizados no senso comum, pelo seu uso repetido. Eles influenciam a forma como percebemos a nós mesmos e as pessoas e as coisas à nossa volta. Essa compreensão o leva, então, a dizer que (1995:11-12):

Todos os discursos são ideológicos. Toda construção de significado pode ser entendida como tendo uma dimensão orientacional. Nós orientamos nossos significados para possíveis públicos e orientamos esses discursos dentro de um sistema de diferentes pontos de vista disponíveis na comunidade de acordo com nosso tópico. Essas orientações envolvem preferências de valores; eles nos comprometem com uma postura política e com um ponto de vista sobre nossos assuntos e para nossa audiência. Elas inevitáveis (LEMKE, 1995:11-12).

Com base nesse referencial, volto meu olhar analítico para os Discursos e ideologias sobre raça que orientam a proposta de trabalho presente no livro do Ensino Médio da Editora Eleva. Selecionei, portanto, três momentos do livro, na parte que compete ao ensino de Literaturas e Redação, por serem representativas de um movimento geral da série didática em tela.

5. DA ANÁLISE DO MATERIAL DIDÁTICO

*“Se não é com você, que que tá acontecendo?
Sentado no muro, conforto, isento”*

Kleber Cavalcante Gomes (Crioulo Mc)

Nesta seção analiso um livro didático utilizado e criado pelo grupo Eleva Educação. Esse livro é utilizado em contexto privado de educação e tem por objetivo, segundo ele, formar cidadãos e cidadãs completos. Fazendo com que o alunado, além de habilidades acadêmicas e socioeconômicas, entenda seu papel dentro da sociedade. O livro foi escolhido por mim, por ser utilizado em uma escola chamada Sistema Elite de Ensino, pertencente ao grupo Eleva Educação, que possui grande renome na cidade em que fui criada, Nilópolis.

O desejo da maioria dos pais que moram em Nilópolis é que seus filhos estudem nesse colégio Elite ou em alguma escola pertencente ao grupo. Mas, infelizmente, nem todos têm o privilégio de poder pagar por tal educação, visto que é um investimento muito alto. Enquanto vivi na cidade em questão, tive a oportunidade, com muito esforço de meus pais, que se mantinham com mais de um emprego, de estudar em uma escola também de rede privada e desejada por muitos, com alto nível de educação, chamada Centro Educacional Nilopolitano (CEN), escola com mais de 60 anos de existência. Na época em que estava no ensino fundamental, ainda não existiam escolas como as do grupo Eleva e hoje em dia, por causa de má administração e com a chegada dessas novas escolas, o Centro Educacional Nilopolitano perdeu seu prestígio e deixou de ser referência.

Pensando em qual material escolher para análise, o meu desejo era de conseguir analisar um dos livros didáticos utilizados na escola em que estudei. Porém, como minha ideia principal era analisar as ideologias raciais presentes em algum material didático utilizado em uma escola de rede privada, exclusivamente em Nilópolis, onde vivi grande parte da minha vida, e de prestígio na atualidade, o CEN já não entraria nessa classificação.

Como ainda mantive contato com a maioria dos amigos que estudaram comigo na infância e juventude, percebi que, quando eles ou seus familiares precisavam escolher uma escola para seus entes, o CEN não era mais a escolha e sim a escola do Sistema Elite de Ensino de Nilópolis. Logo, sabendo desse prestígio que o Sistema Elite de Ensino recebeu em minha cidade, decidi, então, escolher um livro dessa escola, pertencente ao grupo Eleva Educação. Consegui o livro por meio de uma amiga, pois sua prima estudou na unidade e ainda tinha alguns materiais didáticos em casa.

Escolhi especificamente o livro didático da escola Elite, pois a comparo com a antiga escola que estudei. Essa escola, assim como todas as escolas do grupo Eleva Educação, e o Centro Educacional Nilopolitano têm em comum o fato de serem de rede privada, terem um público alvo, em grande maioria, que faz parte, no mínimo, da classe média. Além disso, possuem seletividade, privilégios, ensino de qualidade, são voltados para o comércio e, principalmente, vendem a ideia de que, por meio de sua educação de qualidade, seus alunos e alunas podem ter muito mais chances de sucesso na vida. E foi essa ideia de sucesso quase garantido para uma minoria (visto que nem todos podem arcar com uma educação em rede privada, principalmente, se a escola for prestigiada) que me fez pensar: quais ideologias de raça vão estar presentes na vida dessa minoria (que provavelmente ocupará cargos de prestígios, serão empresários e empresárias, empregadores, médicos, juízes, advogados etc.)? Que ideologias raciais essa minoria irá aprender nas escolas, por meio dos livros didáticos, e aplicar em sua vida? Como será o mundo regido por essa minoria no quesito racial?

5.1 Livro didático do grupo Eleva Educação

O grupo Eleva Educação é uma instituição formada no Rio de Janeiro, em 2013, por meio da união de jovens educadores e o fundo de investimento Gera Venture. Duas redes de ensino privadas de grande prestígio do Rio de Janeiro, chamadas Elite Sistema de Ensino e Colégio e Curso Pensi, se juntaram e se transformaram nessa crescente rede de ensino chamada Eleva Educação. Segundo é possível ver em seu site, eles dizem ser “movidos por um desafio: transformar vidas por meio da educação” e também “motivados por conectar cultura de excelência e impacto social para levar ensino de qualidade a crianças e jovens em todo país”. E atualmente o grupo está dividido em três grandes unidades: Excelência (educação voltada para aprovação em vestibulares), Global (educação voltada para o ensino bilíngue) e Pátio (área exclusiva para pensar inovação e tecnologia). Desse modo, é um grupo de ensino privado, que se intitula a maior rede de escolas privadas do Brasil, com um total de mais de 130 escolas próprias, além das parceiras. E, analisando seu próprio site, é possível perceber que o grupo tem um perfil voltado para a venda, o comércio, pois apresenta na maioria das páginas um botão para que o leitor fale com um consultor a fim de agendar uma demonstração e se tornar parceiro do grupo, adquirindo seu material didático, isto é, comprando. Além disso, o site é recheado de atrativos textos sobre sua rede de educação que

promete um futuro promissor e de resultados positivos, a fim de comprovar seu sucesso, e fazer com que o leitor queira fazer parte do grupo.

Os livros são de uso exclusivo do grupo Eleva. São eles produzidos e editados por funcionários do próprio grupo, que formam a Editora Eleva. Segundo seu site, seus materiais didáticos são adequados à BNCC. E esses materiais didáticos são vendidos e utilizados somente nas escolas próprias do grupo Eleva ou nas escolas parceiras. Logo, retomando Tílio (2016), o livro didático não é apenas um instrumento pedagógico em sala de aula, mas também fonte de lucro e renda para editores.

O público alvo desses materiais criados pelo grupo Eleva são estudantes que possuem uma boa condição financeira, visto que as escolas que os utilizam não cobram um valor acessível, para a grande maioria da população, em suas mensalidades, seus materiais didáticos, seus uniformes, entre custos.

O grupo Eleva utiliza um livro único para todas as matérias. Seu material didático é dividido em alguns volumes (no caso do livro analisado neste trabalho, é dividido em seis volumes) durante o período letivo e o valor não está incluso na mensalidade. O livro didático escolhido para ser analisado neste trabalho foi o 6º volume do 1º ano do Ensino Médio, em sua 3ª edição. Por ser um livro único, foi produzido por diversos autores. Especificamente se tratando da parte de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, nomeação escolhida pelo grupo, a parte de língua portuguesa tem a autoria de Rodolpho Motta, formado em Letras-Literaturas pela UERJ; literatura tem autoria de Aline Menezes e Rodolpho Motta e redação tem autoria de Raphael Torres e Carolina Pavanelli, formada em Letras pela Universidade Cândido Mendes.

Claramente voltado para a preparação dos estudantes para o ingresso no ensino superior, a preparação do material é inspirada fortemente no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), visto que o nome escolhido para iniciar as matérias de Português, Literatura, Redação, História da Arte e Inglês foi o mesmo nome utilizado no exame nacional: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Ademais, antes de iniciar essa seção nomeada tal qual do ENEM, é possível ver um conjunto de competências e habilidades que o grupo deseja alcançar. E, ao pesquisar sobre esse conjunto de competências, foi constatado que são idênticos ao conjunto de competências e habilidades que o ENEM visa avaliar. Para além dessas informações, os exercícios são retirados quase em sua totalidade de provas antigas de vestibulares e há forte presença de exercícios retirados de provas antigas do Exame Nacional

do Ensino Médio. Logo, apesar do grupo informar em seu site sobre a adequação à BNCC, o material é muito mais voltado para as exigências do ENEM do que para a BNCC de fato.

5.2 Da Questão Racial

O livro analisado não informa de forma clara sua proposta em relação a questão racial. Porém, assim que se inicia o módulo chamado Linguagens, Códigos e suas Tecnologias é possível ver um conjunto de competências e habilidades que o módulo em questão tem por objetivo atingir. Vale ressaltar que, por ser um grupo voltado para o comércio e obtenção de resultados favoráveis, a finalidade dele é que o alunado seja aprovado em concursos e vestibulares, principalmente, o ENEM. Logo, entende-se o porquê do nome do módulo e de onde surgiu esse conjunto de habilidades e competências, visto que é exatamente igual aos do ENEM. Dentre outras propostas de letramento presentes no início do módulo, destaco a seguinte:

Aplicar as tecnologias da comunicação e da informação na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para sua vida.

H1 – Identificar as diferentes linguagens e seus recursos expressivos como elementos de caracterização dos sistemas de comunicação.

H2 – Recorrer aos conhecimentos sobre as linguagens dos sistemas de comunicação e informação para resolver problemas sociais.

H3 – Relacionar informações geradas nos sistemas de comunicação e informação, considerando a função social desses sistemas.

H4 – Reconhecer posições críticas aos usos sociais que são feitos das linguagens e dos sistemas de comunicação e informação.

A partir do conjunto apresentado acima, é possível inferir que o grupo entende letramento como prática social e visa fazer com o que os alunos e alunas apliquem o que aprenderam em sua vida. Para além, pensando nas questões raciais como pertencentes aos problemas sociais da atualidade, acredita-se, portanto, que o módulo apresenta questões raciais contextualizadas e ensina ao alunado maneiras de solucionar possíveis tensões sociais. Porém, o material analisado só apresenta sua primeira proposta de trabalho crítico 42 páginas após o início da matéria, na parte de Literatura, no módulo sobre romance indianista. E essa criticidade não foi sobre questões raciais e sim étnicas. Há uma menção aos índios e seu apagamento tanto no início, por meio do genocídio, quanto hoje em dia, por causa da disputa de território. Isto é, não há criticidade alguma na primeira parte do volume, destinada à língua portuguesa, para que o alunado pudesse refletir para além da gramática. Tal ação é justificada por Tílio, que diz que, apesar da vida ser cheia de conflitos, os livros didáticos geralmente não

apresentam esses conflitos. Rogério ainda destaca que “essa alienação pode tornar o livro didático uma verdadeira "Disneylândia pedagógica", um mundo de fantasia" (2016, p. 229).

O livro didático analisado também apresenta uma uniformização. Padronização essa criticada por Tílio, que diz que essa repetição “parece insinuar ao aluno que aprender significa necessariamente seguir aqueles passos. A ordem e a linearidade do livro didático parecem buscar a ordenação e unificação do sujeito” (TÍLIO, 2016, p. 223). Pensando, então, nessa uniformização encontrada no livro analisado, ainda é possível cogitar que talvez só tenha havido esse mini texto crítico sobre os índios em si porque todo módulo tem um texto utilizado para introduzir o tema e, como um dos temas era o romance indianista, esse texto foi utilizado somente para iniciar o capítulo.

Ademais, o módulo de Linguagens ainda apresenta uma falta de representatividade em relação à questão racial: tanto em textos, em relação à autoria, quanto na ilustração, na qual temos 28 pessoas brancas em relação a 12 pessoas negras (mais uma vez aqui considerando pessoas negras de pele clara, logo esse número cairia para quase a metade se considerássemos somente pessoas negras de pele retinta, escura).

Há o uso demasiado de cânones como texto base, não houve diversidade de produção. Autores declaradamente negros são raros, senão inexistentes. Esses cânones estão também em sua maioria nos exercícios, que são retirados de provas de vestibulares antigos e concursos. Então, fica o questionamento: o excesso de cânones é somente para sistematizar, visto que estão bastante presentes nos vestibulares (mas sabe-se também que eles não utilizam somente os cânones) ou a negação do uso de textos de outros autores, principalmente negros, se dá por causa da manutenção irrefletida do racismo?

Abaixo, apresento o texto referente a competência específica 2, encontrado na BNCC, seguida pelo grupo Eleva, segundo eles mesmos informam em seu site.

(...) Para desenvolver essa competência, os estudantes de Ensino Médio precisam analisar e compreender as circunstâncias sociais, históricas e ideológicas em que se dão diversas práticas e discursos. Isso significa interpretar de modo contextualizado tanto produções artísticas (uma pintura como *Guernica*, uma peça teatral como *Macunaíma*, uma obra literária como *Terra sonâmbula*, uma peça musical para coro e orquestra como *Choros nº 10* ou uma canção como *O bêbado e a equilibrista*, um espetáculo de dança como *Gira em suas relações com a música do Metá Metá etc.*) quanto textos de outros campos (como o remix político *George Bush/Imagine* ou determinado projeto de lei ou uma notícia acompanhada de artigos de opinião em algum veículo jornalístico, entre muitos outros exemplos). Desse modo, os estudantes poderão compreender e produzir discursos de maneira posicionada – valorizando e respeitando as individualidades, as diferenças de ideias e posições e pautando-se por valores democráticos – e também atuar de forma cooperativa e empática, sem preconceitos e buscando estabelecer o diálogo.

Desse modo, o grupo Eleva, além de desconsiderar outras produções senão as dos cânones, ainda aborda as questões sociais, como desigualdades e discriminação, de maneira muito superficial e quase sem apresentar criticidade.

É válido refletir se essas escolhas realizadas pela editora fazem parte da ideologia capitalista. Visto que essa ideologia justifica a semelhança dos livros didáticos existentes no mercado. Ela explica que, quando um material didático faz sucesso, isto é, vende bem, este é simplesmente copiado por outras editoras. Por isso, essa semelhança entre eles. O que muitas vezes pode ser ruim, pois, se um livro que faz sucesso não trabalha questões como discriminações, preconceitos, racismo e entre outros conflitos presentes em nossa sociedade, esse será replicado. Logo, muitos livros didáticos contribuem para a banalização e a unidimensionalização dos Discursos, problemas e conflitos do mundo, tornando esses materiais, muitas vezes, distante da realidade dos alunos e alunas (TÍLIO, 2016).

5.2.1 Da Questão Racial: Reprodução de Estereótipos

Módulo 30
LITERATURA
528
1ª Série

Romantismo no Brasil: prosa romântica não convencional

Você sabe o que é um anti-herói?

O termo "anti-herói", em um primeiro momento, pode nos levar a pensar em alguém cujas características o aproximam do bandido, do vilão execrável e detestado nas clássicas narrativas de aventura. Contudo, não é bem assim. O anti-herói, literariamente falando, não é um personagem essencialmente mau, ainda que pratique atos reprováveis. E mais: possui um carisma que o leva a desfrutar da simpatia dos leitores.

Personagens desse tipo, evidentemente, não compõem o universo típico da idealização romântica, a dos heróis sem defeito. Contudo, no livro *Memórias de um sargento de milícias*, o escritor Manuel Antônio de Almeida, ao expor, a partir de recursos bem-humorados, a vida mais humilde da população do Rio de Janeiro do século XIX, popularizou, na figura do protagonista Leonardo, um personagem extremamente simpático cuja malandragem permeia toda a narrativa, antecipando o chamado "jeitinho brasileiro" ou frases que ficaram célebres no nosso cenário popular, como a conhecida "Malandro é malandro, mané é mané", do compositor Neguinho da Beija-Flor e popularizada por Bezerra da Silva, da imagem ao lado.

O fato é que Almeida, desvinculado dos padrões estéticos e estilísticos da época, revolucionou a prosa romântica com sua literatura não convencional. E é desse tipo de criação literária que tratará este módulo.

EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM:

C5 Identificar as principais características dessa particularidade do romance romântico;
reconhecer a modificação dos padrões estéticos das obras literárias.

Figura 1 – Anti-herói
Recorte do 6º volume do 1º ano do Ensino Médio, em sua 3ª edição.

A cada início de capítulo há um texto utilizado para contextualização do material. A imagem acima faz parte dessa contextualização e foi retirada da seção voltada para a Literatura do volume e encontra-se na parte de Romantismo. O texto que analiso define brevemente a ideia de anti-herói. Busca trazer esse conceito para a realidade do aluno, saindo do contexto literário e inserindo-o no campo da vida real, a partir da associação do anti-herói com a malandragem.

Primeiramente, o texto cita dois negros: Neguinho da Beija-Flor e Bezerra da Silva. O primeiro é sambista, compositor, intérprete musical, cantor, foi por 5 vezes premiado e ainda foi indicado ao Prêmio Extra/Prefeitura do Rio como "Maior personalidade dos 80 anos de desfile".

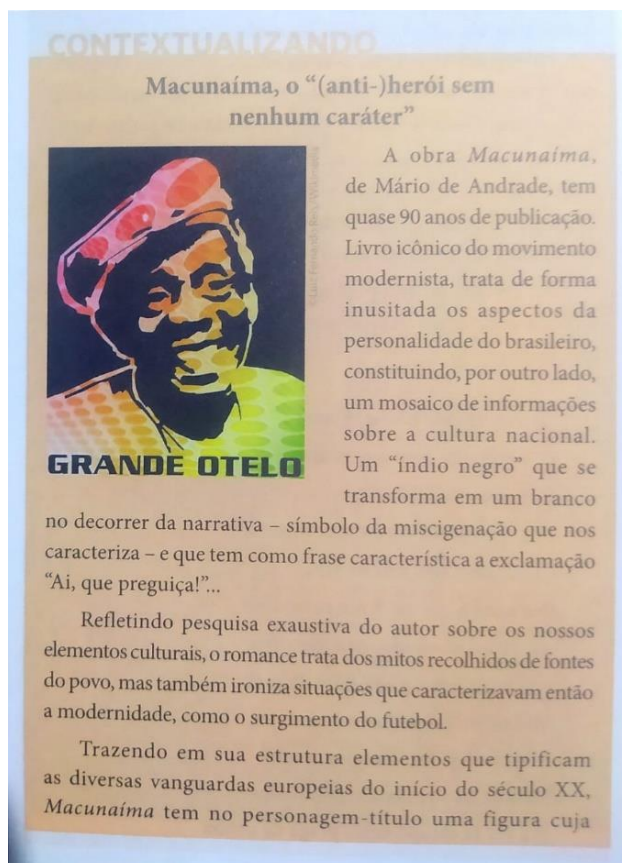
Já o segundo foi um cantor, compositor, violonista, percussionista, intérprete brasileiro, tocou por 8 anos na Orquestra da Rede Globo e foi um dos poucos músicos que sabia ler partitura. Apesar de todas essas boas qualidades, em momento algum há a

preocupação em explicitar quem são/eram e mencionar sua devida importância. Os utilizam apenas como figurantes, simplesmente os associando ao samba e à malandragem.

Em segundo lugar, pode-se inferir que a malandragem é associada ao negro, visto que encontramos no texto menções a Neguinho da Beija-Flor e Bezerra da Silva e temos, ainda, a imagem de um negro (Bezerra da Silva) enquadrando o texto. Porém, ressalto aqui que, apesar de haver a suavização da ideia de malandragem por meio do conceito de “jeitinho brasileiro”, esses conceitos de anti-herói e “jeitinho brasileiro” invocam a ideia de desvio de caráter. E o problema é que tais conceitos são associados, por conseguinte, aos negros.

Portanto, além de falar pouco sobre a negritude, mostrar poucos negros e não os utilizar como produtores de conhecimento, repete estereótipos, como a associação de negros ao samba e, pior, à malandragem, e ao desvio de caráter.

5.2.2 Da Questão Racial: Mito da Miscigenação Racial



Nesta segunda imagem, ainda temos a associação do negro ao anti-herói, o que pode ser visto a partir da imagem que enquadra o texto.

A questão do desvio de caráter mencionada na análise acima foi reforçada a partir do título “Macunaíma, o “(anti-) herói sem nenhum caráter”. O que faz com que os leitores e as leitoras do texto fixem a ideia de que negros são mal caráter.

Por sua vez, a ideia de negro como figurante, mencionado também acima, continua. Dado que utilizam a imagem de Grande Otelo, que foi um grande ator, comediante, cantor, produtor e

Figura 2 – Grande Otelo

Fonte: recorte do 6º volume do 1º ano do Ensino Médio, em sua 3ª edição.

compositor, somente para ilustrar o texto⁵. Ainda pensando no reforço de estereótipos, o texto poderia ter apresentado uma outra característica do personagem principal, para evitar a manutenção do preconceito. Ou ter apresentado a característica do personagem de outra forma, isto é, criticado o estereótipo apresentado na obra *Macunaíma*, de Mário de Andrade, de que negros são preguiçosos.

Por fim, para piorar, ainda utilizam-se do Discurso da miscigenação para exemplificar o personagem, como se a miscigenação que ocorreu no Brasil tivesse acontecido de forma harmoniosa, ao invés de extremamente violenta. E, como bem menciona Gabriel Nascimento (2019:25), “falar de cordialidade na formação do povo brasileiro, ignorando a insubmissão dos negros é apagar, a partir da linguagem, sobretudo a acadêmica, a possibilidade de os negros serem vistos como heróis do seu próprio povo”. É assim que certas práticas Discursivas apagam a história e silenciam ações de vidas consideradas menores.

5.2.3 Da Questão Racial: Apagamento das tensões raciais

Módulo 26 REDAÇÃO

Texto publicitário

Você já percebeu o quão parecidos todos os indivíduos aparentam ser?

Todos os indivíduos são influenciados de forma gritante por um fator: a mídia. Por mais que todos nós tenhamos nossas particularidades, nossas formas de ser, certos conceitos abstratos, como “feio”, “belo”, “normal”, “estranho”, acabam por ser universais. Talvez, a melhor forma de entender esse tipo de processo seja analisando a maneira com a qual os produtos nos são apresentados – como ideais de felicidade, de beleza, de consumo, por exemplo. Assim, é fácil perceber a real importância que o consumo gera em nosso cotidiano. Se todos opinam de forma igual, acabamos por ser todos iguais.

Por mais que você não assista à televisão e não ligue para as propagandas, você conhece pessoas que veem e que compartilharão com você as mesmas ideias, costumes e noções. Nesse caso, o círculo é vicioso. A massificação é global e só existe pelas bases do que chamamos de publicidade. Entender como esses textos são veiculados e expostos ao público são fatores necessários para que

EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM:

C5 – Reconhecer os textos publicitários no cotidiano; – analisar os impactos no público e as características estruturais do gênero.

entendamos, também, o mundo em que vivemos. A publicidade está em toda parte, e, neste módulo, falaremos sobre as principais características de um texto publicitário e suas estratégias de construção.

Figura 3 – “todos iguais?”

Fonte: recorte do 6º volume do 1º ano do Ensino Médio, em sua 3ª edição.

O texto acima foi retirado da parte de Redação do livro e faz parte de uma contextualização para o assunto que se segue no decorrer: textos publicitários. Como é possível inferir através do texto, inclusive desde o título (“Você já percebeu o quão parecidos

⁵ Ao final do texto, mencionam somente que ele participou da comédia cinematográfica, inspirada em *Macunaíma*, dirigida por Joaquim Pedro de Andrade.

todos os indivíduos aparentam ser?”), os autores se valem do Discurso de igualdade entre todos. Principalmente, quando dizem: “certos conceitos abstratos, como “feio”, “belo”, “normal”, “estranho” acabam por ser universais”. Partindo de tal afirmação e tendo uma imagem como a apresentada acima, no qual se vê um negro e um branco enquadrando o texto, reforçando a ideia de igualdade, é possível que os leitores e as leitoras entendam que não há tensões de raça em nossa sociedade. O texto promove um desserviço, portanto, porque realiza o apagamento das tensões raciais. E, mais que isso, reforça implicitamente que não existe racismo no Brasil.

5.3 Discursos e Ideologias

Se, como entende Lemke (1995), todo Discurso é ideológico, podemos afirmar a existência de ideologias dentro do livro didático analisado. O Discurso encontrado foi o da branquitude (Cida Bento, 2002). Apesar de, no início do módulo, os autores apresentarem como um de seus objetivos fazer com que os alunos e as alunas saibam lidar com conflitos (e entende-se aqui que as tensões sociais fazem parte desses conflitos) em sua vida, o conteúdo do livro em sua totalidade é respaldado em uma ideologia racial comprometida com a branquitude (cf. discussão abaixo).

O Discurso da branquitude pode ser visto nas três análises. Segundo Bento (2002), o pacto da branquitude é “um pacto que visa preservar, conservar, a manutenção de privilégios e interesses”. Justamente o que podemos observar nas três análises. Na primeira, há a reprodução de estereótipos, no qual o grupo dominante entende os negros como sem caráter, o que ajuda a manter seus privilégios. Na segunda análise, há a promoção do mito da miscigenação racial (no qual diz que a miscigenação foi harmoniosa, pacífica), ajudando o grupo dominante a preservar seus interesses e imagem de salvadores, bons e pacíficos. E, na terceira, há o apagamento das tensões raciais, mais uma vez tentando fazer com que os alunos acreditem que não há conflitos raciais no país e que todos são iguais, conservando os interesses da branquitude.

(...) a ideologia contida nos livros didáticos muitas vezes tem o objetivo de consolidar a hegemonia da classe dominante e formar uma "falsa consciência" no aluno. O livro didático é alheio à realidade do aluno ou produz uma realidade distorcida no discurso ideológico; o mundo apresentado é o mundo da classe dominante. Essa ideologia está contida não apenas nos conteúdos, mas também na forma de apresentação do livro, em seu aspecto físico, através de gravuras, diagramação etc. Tanto a linguagem verbal como as outras modalidades semióticas contribuem para dar peso a essas ideologias (TÍLIO, 2016:228).

No trecho acima, Rogério Tílio comenta brilhantemente sobre a presença de ideologias nos materiais didáticos, que são geralmente vistos como neutros. Além de destacar a presença de ideologias, Tílio ainda menciona qual é a ideologia geralmente usada nos materiais, que é a ideologia dominante. Segundo ele, essa ideologia, dentre outras coisas, consolida a hegemonia da classe dominante, o que reforça o conceito de pacto da branquitude de Bento (2002). Ademais, Tílio ainda reforça que a ideologia dominante contribui para que "a segregação e a marginalização" seja cada vez maior. Visto que, quando retratamos de uma única classe social, também é uma forma de continuar ignorando as diferenças. Porque, não colabora com a solução ou transformação do problema e ainda favorece sua consolidação. Além disso, essa ideologia dominante também pode influenciar os/as estudantes, os alienando da "realidade em que vivem e os privando de livre expressão cultural e identitária" (TÍLIO, 2016:230). Portanto, entendendo que todo Discurso é ideológico e explorando o livro didático ideologicamente através de uma ótica racial, é possível constatar a presença de uma ideologia dominante, ou seja, do Discurso ideológico da branquitude.

Com a presença de um Discurso ideológico da branquitude, constata-se que o livro didático observado não se baseia no letramento racial. Visto que a ideologia da branquitude vai de encontro a esse letramento racial. Pois, enquanto uma promove a manutenção dos privilégios brancos, o outro denuncia esses privilégios, que muitas vezes são carregados de preconceitos, discriminação e racismo, desconstrói crenças discriminatórias e ainda ensina o alunado a lidar quando se encontra em situações onde o racismo é normalizado.

Apesar do material exposto se dizer seguidor da BNCC e comprometido com um ensino baseado no letramento, o que foi possível averiguar é que as características do livro se afiliam com o conceito de letramento autônomo, de Street, como elucidam Mello e Mokva (2015). E se afastam do letramento ideológico de Street, justamente o qual, pelos objetivos apresentados no livro no início do módulo e pelos objetivos da BNCC, deveria estar presente no livro. Pois, segundo Mello e Mokva (2015), o letramento autônomo pode ser entendido mais como ferramenta, isto é, os/as estudantes utilizam o que aprenderam para sobreviver na sociedade em que vivem. O que não os faz pensadores/críticos, como objetiva o letramento ideológico. Porque, por exemplo, se o livro fosse mais comprometido com o letramento ideológico, haveria situações/exemplos mais próximas da realidade, trabalhariam mais as diferenças e entre outros motivos. Posto que é um letramento que tem por intuito fazer com que os/as alunas saibam identificar os discursos em jogo nos textos, as crenças a eles subjacentes e seus efeitos de sentido.

Logo, após análise do livro didático e constatando que, além de não usar o letramento racial como norte, o material examinado ainda é pautado no Discurso ideológico da branquitude, mais uma vez se faz necessário reforçar a urgência de se operacionalizar não só o letramento ideológico como também o letramento racial e antirracista efetivo dentro das salas de aula, por meio dos livros didáticos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Eu sou a nova variante do vírus que eles quiseram extinguir da Terra / Mas sempre que uma bala pega, nós volta mais forte / Ou seja, até quando cês acerta, cês erra”

Gustavo Pereira Marques (Djonga)

Meu intuito com este estudo foi escurecer a reflexão sobre materiais didáticos em relação ao tema racial, isto é, produzir entendimento sobre a questão racial neles presentes (e, sim, escurecer, porque não precisamos clarear para se elucidar).

Visando contribuir no combate às tensões raciais existentes há tempos na sociedade, pensei, portanto, na possibilidade de educar indivíduos a partir de uma perspectiva antirracista. Acredito que o letramento racial pode promover a igualdade entre o alunado, abrangendo um número maior de vivências, como também pode intensificar a agência a não brancos, redefinindo o lugar de submissão e subalternidade. E, como um ato de amor e coragem, parafraseando Paulo Freire (1968), objetivo resistir e existir pensando em uma forma de combater o racismo estrutural.

A partir de minha escrevivência, termo cunhado por Conceição Evaristo (1996), relembrei o quão ruim foi entender sobre o racismo somente depois de adulta, pois foi somente na faculdade que aprendi o real significado de racismo. Passei por inúmeras microagressões na infância e na juventude sem conseguir reconhecer e, ainda, sem conseguir me defender. Eu só sabia que algo me incomodava, mas não sabia explicar o que me incomodava, como também não sabia nomear. E, se de acordo com Butler (2004), o que não nomeamos, não existe, passei minha infância e juventude com a não-existência do racismo.

O breve histórico sobre o racismo estrutural no Brasil e o início das escolas auxiliou-me a entender que o privilégio branco e elitista existe desde os primórdios da educação, na qual a elite branca sempre teve uma educação diferenciada, para melhor, em relação ao resto da população. Compreendi que os negros nunca foram incluídos nos planos educacionais da época e que não eram vistos como povo. Enquanto as escolas inicialmente eram apenas para a elite branca e depois, quando se tornaram para “todos”, os negros, ainda assim, não podiam estudar, pois não estavam incluídos no “todos”, não eram vistos como ser humanos. Logo,

entendi que dizer que os negros possuem as mesmas oportunidades de estudo que os brancos é errônea, visto que, historicamente, a educação nunca foi igualitária.

Pensando, portanto, na existência do racismo desde os primórdios e no início das escolas junto a não inclusão dos negros em seus planos educacionais, justifiquei, assim, o porquê devemos ter uma educação baseada no letramento racial e na educação antirracista nas escolas. É de suma importância trabalharmos pautados nesse conceito visto que o racismo estrutural faz parte da sociedade em que vivemos e ainda contribui com a desigualdade racial. O que podemos comprovar por meio do Mapa da Violência, que mostra que os negros são os que mais morrem em comparado com o número de homicídios de pessoas brancas.

Me indaguei, então, como eu poderia contribuir para mudar essa realidade e entendi que o livro didático pode ser um grande aliado na construção de uma pedagogia antirracista, já que exercem um papel de autoridade, credibilidade e confiabilidade, de acordo com Tílio (2016). Entretanto, a partir da análise, realizada por mim neste trabalho, do livro didático, produzido e utilizado pelo grupo Eleva Educação, foi possível constatar que o livro aponta em outra direção.

Baseando-me em Tílio (2016), consegui analisar os Discursos presentes no material e as ideologias racistas que os orientam, bem como o racismo linguístico presente. Porque, segundo Gabriel Nascimento (2019:17),

uma vez que admitimos que o racismo está na estrutura das coisas, precisamos admitir que a língua é uma posição nessa estrutura. Em minha hipótese principal aqui, entendo que o racismo é produzido nas condições históricas, econômicas, culturais e políticas, e nelas se firma, mas é a partir da língua que ele materializa suas formas de dominação

Portanto, deparei-me com a manutenção do racismo no livro didático analisado e pude ver que o material não só vai ao encontro de estereótipos racistas, como também os reforça. Apesar do próprio grupo Eleva dizer que segue as orientações da BNCC, o material didático analisado não apresenta questões que busquem, segundo a BNCC,

compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitar as diversidades, a pluralidade de ideias e posições e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza (BNCC, 2017:484);

Contrariamente, identifiquei uma orientação ideológica voltada para a branquitude e para banalização e unidimensionalização de temas, problemas e conflitos do mundo. Embora

o material esteja dentro da lei 10.639, pois há presença da cultura afrodescendente e indígena, ele não dá conta de desestabilizar o racismo estrutural. Nessa mesma linha, também observei a falta de representatividade e criticidade em relação à questão racial, o que configura uma característica do pacto da branquitude. Visto que é “um pacto silencioso de apoio e fortalecimento aos iguais. Um pacto que visa preservar, conservar a manutenção de privilégios e de interesses” (Cida Bento, 2002:105-106). Logo, entendi que o livro didático analisado contribui para a manutenção das desigualdades e preconceitos.

Entendi, assim, que o letramento racial é de suma importância para que o alunado saiba “ reconhecer as múltiplas interpretações preconceituosas sobre a forma como o outro é construído pelo discurso, nas relações de poder e ideologia, e como essas diferenças são usadas na construção de ordem de superioridade, inferioridade, inclusão, exclusão dos atores sociais” (Silva, 2019). Desse modo, apresentar o letramento racial nas escolas, principalmente nos materiais didáticos é um ato de resistência, existência e re(existência). Segundo Catherine Walsh (2009), essa seria uma forma de agirmos nas brechas do sistema.

E, para além de educar por meio do letramento racial como um ato de resistência, existência e re(existência), para mim, ainda há um lado emocional. bell hooks (2017), menciona em seu livro

(...) quando tantas pessoas não sabiam ler e frequentemente dependiam de gente racista para explicar, ler, escrever. E eu fiz parte de uma geração que aprendia essas habilidades, que tinha um acesso à educação que ainda era novo. A ênfase na educação como necessária para a libertação, que os negros afirmavam na época da escravidão e depois durante a reconstrução, informava nossa vida. (HOOKS, 2017:72)

E esse relato de hooks me emocionou muito. Porque consigo, claramente, conectá-lo à minha trajetória. Consigo lembrar das inúmeras vezes que minha saudosa mãe, dona Mônica da Luz Ferreira, falou da importância dos estudos. Faço, então, a comparação dela com os ancestrais que hooks menciona. Infelizmente, não tive a oportunidade de conhecer meus avós, que dirá meus bisavós. E não posso garantir que minha mãe herdou o pensamento deles de que só a educação nos leva à liberdade. Mas lembro do quanto ela acreditava na transformação da minha vida, por meio dos estudos. Obviamente, ela pensava prioritariamente pelo viés econômico, mas também acreditava muito que o conhecimento é capaz de nos tornar dignos de respeito na sociedade. Por isso, lutou muito para conseguir investir nos meus estudos. E,

como bell, também levei comigo esse ensinamento e fiz questão de valorizar a educação e também de acreditar nela.

Portanto, este projeto vale muito mais do que um documento obrigatório para conseguir a minha, e a da minha família, tão sonhada graduação. Eu me vejo, tal como bell, como uma das mulheres que resistiram à educação dominadora e que estão dispostas a educar de um outro jeito. Meu objetivo é lutar contra a tão perigosa história única, como destaca Chimamanda Adichie (2019).

Pensar em uma educação pautada no letramento racial e em uma educação antirracista é um projeto de vida que, mesmo ainda não atuando como educadora, já coloco em prática em cada ambiente que transito. Logo, convido as/os leitoras/es também a colocar em prática o pensamento antirracista, para que, em qualquer lugar, possamos ter os olhos treinados não apenas para identificar o racismo. Mas para saber como lidar e agir com esse.

Por fim, depois de apresentar esse meu grande projeto de vida e convidá-los/as a embarcar nele, finalizo aqui com um agradecimento. Em seu livro, *Ensinando a transgredir*, em uma parte em que hooks (2017:103) menciona a importância da teorização, ela agradece às pessoas que um dia aceitaram transformar suas feridas em teoria. Faço, então, das palavras dela as minhas. Agradeço a todos/as que criaram teorias através de suas dores e que um dia essas teorias me situaram no mundo, me ensinaram a lidar com situações e ambientes agressivos e ainda me inspiraram a utilizar-me da minha dor para a produção de textos acadêmicos. Gratidão!

7. REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Sílvio. Racismo Estrutural. São Paulo. Sueli Carneiro; Pólen. Feminismos plurais – coordenação Djamilia Ribeiro. 2019.

AZEVEDO, Rodrigo. A história da Educação no Brasil: uma longa jornada rumo à universalização. Gazeta do Povo, 2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/a-historia-da-educacao-no-brasil-uma-longa-jornada-rumo-a-universalizacao-84npcihyra8yys2j8nnqn8d91/>> Acesso em: 11 outubro 2021.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO. Portal Mec, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf>. Acesso em: 18 outubro 2021.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BEZERRA DA SILVA. Wikipédia, 2021. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Bezerra_da_Silva&oldid=61327103>. Acesso em: 16 outubro 2021.

BUTLER, Judith. Performative Acts and Gender Constitution: An Essay on Phenomenology and Feminist Theory, 2004 [1988].

CERQUEIRA, Daniel. Atlas da Violência. Ipea, 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>>. Acesso em: 22 novembro 2021.

CONHEÇA NOSSO MATERIAL DIDÁTICO. Eleva Plataforma, 2022. Disponível em: <<https://elevaplataforma.com.br/material-didatico/>>. Acesso em: 16 outubro 2021.

DUARTE, Constância Lima; CÔRTEZ, Cristiane; PEREIRA, Maria do Rosário Alves (Org.). Escrivências: Identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo. Belo Horizonte. Idea Editora, 2016.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, RJ, 1996.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. PEAB – Projeto de Estudos Afro-Brasileiros: Contexto, Pesquisas e Relatos de Experiências. Cascavel, Pra: Unioeste, 2008. ISBN: 9788576441205.

_____. Teoria racial crítica e letramento racial crítico: narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de línguas. Revista ABPN. Secretaria Municipal da Educação Duque de Caxias, 2020. Disponível em: <<https://smeduquedecaxias.rj.gov.br/smeportal/wp-content/uploads/2020/07/TEORIA-RACIAL-CR%C3%8DTICA-E-LETRAMENTO-RACIAL-CR%C3%8DTICO.pdf>>.

GAUDIO, Eduarda Souza. Resenha do livro “O que é racismo estrutural?” De Silvio Almeida. Revista Unitins, 2019. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/951/903>>. Acesso em 15 outubro 2021.

GEE, James Paul. An Introduction to Discourse Analysis. London: Routledge, 2005/1999.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017.

IBGE: ANALFABETISMO É TRÊS VEZES MAIOR ENTRE NEGROS. CPP, 2020. Disponível em: <<https://www.cpp.org.br/informacao/noticias/item/15578-ibge-analfabetismo-entre-negros-e-tres-vezes-maior>>. Acesso em: 15 outubro 2020.

LEMKE, JAY.L. *Textual Politics: Discourse and Social Dynamics*. London: Taylor & Francis, 1995.

MELLO, Franciele Soares de Mello; MOKVA, Ana Maria Dal Zott. Letramento(s): da Concepção ao Desenvolvimento da Competência Discursiva no Universo Acadêmico. *Perspectiva*, Erechim. v. 39, n.148, p. 07-18. 2015.

MODELO FLAGRADA EM FESTA NOS JARDINS, EM SP, GRITA 'VAI PRA FAVELA' A POLICIAIS; DEPOIS, ADMITE 'TER ERRADO'. *Globo.com*, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/07/12/modelo-flagrada-em-festa-clandestina-em-sp-grita-vai-para-favela-a-policiais-ela-admite-ter-errado-to-mal-com-essa-situacao.ghtml>>. Acesso em: 16 novembro 2021.

NASCIMENTO, Gabriel. *Racismo Linguístico: Os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

NEGUINHO DA BEIJA-FLOR. Wikipédia, 2021. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Neguinho_da_Beija-Flor&oldid=61495592>. Acesso em: 16 outubro 2021.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. Companhia das Letras. 2019.

SANTANA, Vitor. Dono de lanchonete em Goiânia diz que cliente proibiu entregador negro de entrar em condomínio de luxo e pediu 'motoboy branco'. *Globo.com*, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2020/10/27/moradora-de-condominio-de-luxo-e-suspeita-de-nao-deixar-entregador-entrar-por-ser-negro-nao-vou-permitir-esse-macaco.ghtml>>. Acesso em: 16 novembro 2021.

SILVA, Marcos Fabrício Lopes da. *Educação e letramento racial*. UFMG, 2019. Disponível em: <<https://ufmg.br/comunicacao/publicacoes/boletim/educacao/2081/educacao-e-letramento-racial>>. Acesso em: 15 outubro 2021.

SIMONINI, Léo. Veja cinco casos recentes que evidenciam o racismo na sociedade brasileira. O tempo, 2020. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/brasil/veja-cinco-casos-recentes-que-evidenciam-o-racismo-na-sociedade-brasileira-1.2369405>>. Acesso em: 16 novembro 2021.

SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. 5ª ed., São Paulo: Contexto, 2008.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. Linguagem e letramentos de reexistências: exercícios para reeducação das relações raciais na escola. Revista Linguagem em Foco, Fortaleza, v. 8, n. 2, p. 67–76, 2019. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/1908>>. Acesso em: 22 novembro 2021.

TABELA 6403 - POPULAÇÃO, POR COR OU RAÇA. IBGE, 2022. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403#/n1/all/v/608/p/last%201/c86/2777,2779/d/v608%201/1/v,p+c86,t/resultado>>. Acesso em: 09 agosto 2021.

TILIO, Rogério. O livro didático no ensino de línguas: caracterização do objeto, função e critérios de escolha. In: BARROS, A. L. E. C.; TENO, N. A. C.; ARAUJO, S. D. (Orgs.) Manifestações: ensaios críticos de língua e literatura. Curitiba: Appris, 2016:215-237.